

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 3 S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

CNPJ nº 20.675.156/0001-80

NIRE nº 42 3 0005307-4

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis - SC - 88025-255



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Eólica Santo Agostinho 3 S.A. ("Santo Agostinho 3" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2022. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Usina Eólica Santo Agostinho 3, com potência instalada de 12,4 MW e capacidade comercial estimada de 6,2 MWm.

A Santo Agostinho 3 é uma das 14 centrais eólicas que compõem o Conjunto Eólico Santo Agostinho – Fase I, em construção, com potência de 434,0 MW e capacidade comercial estimada de 224,2 MWm. O Conjunto está localizado entre os municípios de Lajes e Pedro Avelino, Estado do Rio Grande do Norte. Sua energia será totalmente direcionada para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A., que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado nas Centrais.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Santo Agostinho 3 pertence à Santo Agostinho Participações, que por sua vez pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda, uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"). Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading*, transmissão de energia e transporte de gás natural, através da TAG – Transportadora Associada de Gás – em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

A persistência da pandemia de Covid-19, a guerra entre Ucrânia e Rússia, a elevação do custo de vida e a piora das condições financeiras em diversos países impactaram a atividade econômica mundial em 2022. Houve aumento dos preços de alimentos e energia, devido à redução da oferta de matérias-primas fornecidas pela região em conflito; elevação das taxas de juros nas economias desenvolvidas, como Estados Unidos; e gargalos nas cadeias globais de abastecimento. O Fundo Monetário Internacional prevê que o crescimento mundial desacelerou de 6% em 2021 para 3,2% em 2022. A inflação mundial tem expectativa de aumentar de 4,7% em 2021 para 8,8% em 2022.

No Brasil, o fim das medidas de restrição causadas pela pandemia e estímulos econômicos tiveram um impacto positivo na economia. O crescimento do PIB em 2022 foi de 2,9%. Por outro lado, a inflação representou uma preocupação no período, tendo atingido 12,1% próximo à metade do ano, arrefecendo na segunda metade, e encerrando o ano em 5,8% - 0,8 p.p. acima da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central. Apesar de mais controlada, a pressão inflacionária fez com que a taxa básica de juros (Selic) fosse elevada – 13,75%. O dólar (Ptax) encerrou 2022 em R\$5,22 – 6,5% inferior ao registrado ao final de 2021.

4. Implantação

Ao fim do ano de 2022, o progresso geral do Conjunto eólico atingia 32,5% e o avanço das obras do BoP (*Balance of Plant*, ou seja, todo o escopo do empreendimento excluindo apenas os aerogeradores) atingiu 98,5%. A subestação coletora/elevadora, a linha de transmissão em 500kV e o *bay* de conexão na Subestação Monte Verde estavam concluídos, tiveram as licenças de operação necessárias emitidas e foram energizadas.

Os aerogeradores, de fornecimento da Siemens Gamesa, continuam em fabricação, já tendo sido recebidos em campo 31% das torres metálicas e 13% das naceles. Como fato subsequente aos reportados neste Relatório, a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora do Conjunto ocorreu em março de 2023, e vai seguir, gradualmente, até a operação integral ao fim do mesmo ano.

Os investimentos no Conjunto são da ordem de R\$ 2,3 bilhões (base dez/2020) e gerarão mais de mil empregos diretos na região.



5. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

6. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2022.

7. Agradecimentos

A Administração da Eólica Santo Agostinho 3 S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2022.

A Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas da
Eólica Santo Agostinho 3 S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Santo Agostinho 3 S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 22 de abril de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

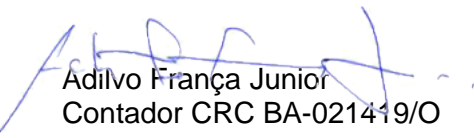


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis , inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 20 de abril de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SC-000048/F-0


Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O



EÓLICA SANTO AGOSTINHO 3 S.A.
CNPJ Nº 20.675.156/0001-80 | NIRE Nº 42 3 0005307-4
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.431	42
Instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i>	6	-	1.143
Outros ativos circulantes		58	37
		5.489	1.222
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i>	6	-	535
		-	535
Imobilizado	5	29.155	12.146
Intangível		18	12
		29.173	12.693
TOTAL		34.662	13.915

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2022	31.12.2021
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		21	619
Obrigações fiscais e regulatórias		38	121
Instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i>	6	756	-
Financiamento	7	56	-
Outros passivos circulantes		18	1
		889	741
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores		114	116
Financiamento	7	19.123	-
		19.237	116
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	8		
Capital social		15.775	11.497
Outros resultados abrangentes		(756)	1.678
Prejuízos acumulados		(483)	(117)
		14.536	13.058
TOTAL		34.662	13.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



EÓLICA SANTO AGOSTINHO 3 S.A.
CNPJ Nº 20.675.156/0001-80| NIRE Nº 42 3 0005307-4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas			
Serviços de terceiros		(106)	(40)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(106)	(40)
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas com serviços bancários		(31)	(5)
		(31)	(5)
PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS		(137)	(45)
Imposto de renda e contribuição social correntes			
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(229)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(366)	(45)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(366)	(45)
Outros resultados abrangentes que no futuro serão reclassificados para o resultado			
Hedge de fluxo de caixa	6		
(Perdas) ganhos líquidos não realizados originados no exercício		(2.434)	1.632
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(2.800)	1.587

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31.12.2020 (não auditado)		71	46	(72)	45
Aumento de capital		11.426	-	-	11.426
Prejuízo do exercício		-	-	(45)	(45)
Hedge de fluxo de caixa		-	1.632	-	1.632
Saldos em 31.12.2021	8	11.497	1.678	(117)	13.058
Aumento de capital		4.278	-	-	4.278
Prejuízo do exercício		-	-	(366)	(366)
Hedge de fluxo de caixa		-	(2.434)	-	(2.434)
Saldos em 31.12.2022	8	15.775	(756)	(483)	14.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



EÓLICA SANTO AGOSTINHO 3 S.A.
CNPJ Nº 20.675.156/0001-80 | NIRE Nº 42 3 0005307-4
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos tributos	(137)	(45)
Redução (aumento) nos ativos		
Outros ativos	(107)	(37)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	(612)	588
Outros passivos	(85)	124
Caixa (utilizado) gerado nas operações	(941)	630
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(123)	-
Caixa líquido das atividades operacionais	(1.064)	630
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(15.701)	(12.017)
Caixa líquido das atividades de investimento	(15.701)	(12.017)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	4.278	11.426
Captação de financiamento	17.876	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	22.154	11.426
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5.389	39
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	42	3
Saldo final	5.431	42
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5.389	39
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa		
Remensuração de arrendamentos	-	66
Fornecedores de imobilizado	(2)	5
Juros e depreciação de arrendamentos capitalizados	20	13
Depreciação capitalizada	(7)	(4)
Juros e variação monetária de financiamento capitalizados	1.303	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



EÓLICA SANTO AGOSTINHO 3 S.A.
CNPJ Nº 20.675.156/0001-80 | NIRE Nº 42 3 0005307-4
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Santo Agostinho 3 S.A. (“Santo Agostinho 3” ou “Companhia”), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 21.07.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração da Usina Eólica Santo Agostinho 3, bem como a implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir e ter participações em consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia pertence ao Conjunto Eólico Santo Agostinho – Fase I – (CESA). Em 15.01.2021, foi assinado contrato para o fornecimento de aerogeradores, viabilizando o início da implantação deste Conjunto, cuja capacidade instalada será de 434,0 MW¹, sendo sua energia totalmente direcionada para contratação no Ambiente de Contratação Livre (ACL). O início da construção ocorreu em junho de 2021, tendo previsão de investimentos iniciais de R\$ 2 bilhões. A entrada em operação comercial da totalidade do Conjunto está prevista para dezembro de 2023.

A Usina está localizada nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, a aproximadamente 120 km da Cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Santo Agostinho, com participação de 2,86%. O Consórcio Santo Agostinho é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE”). Até a presente data, a Companhia não desempenhou qualquer atividade operacional.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 19.04.2023.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de autorização de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.



NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações contratadas para proteção de compromissos futuros em moeda estrangeira, os quais são reconhecidos de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

b.1) Hedge de fluxos de caixa

No início da operação de *hedge*, a Companhia elabora documentação formal com a descrição dos objetivos e estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

Os *hedges* para a proteção de exposição à moeda estrangeira de compromissos financeiros altamente prováveis de aquisição de bens e serviços para o ativo imobilizado são designados como “Hedge de fluxo de caixa”. Nestas operações, para a parcela altamente eficaz do *hedge*, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”, e transferidos para o ativo imobilizado quando o compromisso financeiro protegido for efetivamente realizado. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada no resultado do período.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

c.2) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.



e) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Santo Agostinho (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

f) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição de vida útil do ativo imobilizado.

g) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2022. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 38 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes. Com as alterações do <i>Proceeds before Intended Use</i> , as receitas de teste foram registradas no resultado da Companhia, a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos, assim como os demais itens, não são relevantes.

h) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	01.03.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; CPC 38 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	03.11.2022	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.



NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e depósitos bancários à vista	64	42
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	5.367	-
	5.431	42

A Companhia é participante do fundo de Investimento Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE) de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo em 2022 foi de cerca de 99,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários).

NOTA 5. IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2022		31.12.2021	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Direito de uso de arrendamentos	134	(17)	117	124
	134	(17)	117	124
Em curso				
Adiantamento a fornecedores	12.792	-	12.792	6.804
Máquinas e equipamentos	6.614	-	6.614	2.784
Edificações e benfeitorias	3.464	-	3.464	1.522
Reservatórios, barragens e adutoras	10	-	10	10
Outros a ratear	6.158	-	6.158	902
	29.038	-	29.038	12.022
	29.172	(17)	29.155	12.146

b) Movimentação

	Direito de uso de arrendamentos	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31.12.2020 (não auditado)	63	-	63
Ingressos	-	12.022	12.022
Remensuração	66	-	66
Depreciação capitalizada	(5)	-	(5)
Saldo em 31.12.2021	124	12.022	12.146
Ingressos	-	16.996	16.996
Juros e depreciação de arrendamento capitalizados	-	20	20
Depreciação capitalizada	(7)	-	(7)
Saldo em 31.12.2022	117	29.038	29.155

O início da construção da Usina ocorreu em junho de 2021, tendo previsão de entrada em operação comercial até outubro de 2023.

c) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Usina Eólica Santo Agostinho 3, com capacidade instalada de 12,4 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de maio de 2021.



NOTA 6. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Estes riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro da ENGIE Brasil Energia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

O risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o seguinte:

a.1) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e/ou índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A Companhia apresenta uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a riscos da variação de taxas de juros e/ou de índices flutuantes. O cenário-base provável para 31.12.2023 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

Risco de variação	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2022	2023	Provável	$\Delta + 25\%$ (1)	Administração
IPCA	5,8%	5,3%	-0,5 p.p.	1,3 p.p.	-1,4 p.p.

(1) Variações sobre o cenário provável de 2023.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices dos últimos 12 meses, observados em 31.12.2022, e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses, a findar em 31.12.2023 e demonstram os eventuais impactos adicional em 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado consolidado, e consequentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem no resultado consolidado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) das estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e/ou índices flutuantes para os próximos, são estas:

Financiamento	Saldo em 31.12.2022	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
IPCA	19.179	90	(242)	262

a.2) Riscos relacionados às operações de hedge

A “Política de Investimentos e Derivativos” da ENGIE Brasil Energia, controladora indireta da Companhia, impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo. As únicas operações de *hedge* contratadas pela Companhia são os NDF para proteger os fluxos de pagamentos dos compromissos futuros altamente prováveis em moeda estrangeira.



a.2.1) Operações de *hedge* de fluxo de caixa sobre obrigações

A Santo Agostinho 3 mantém contratado em 31.12.2022 NDF com o objetivo de proteger a totalidade dos pagamentos futuros em moeda estrangeira decorrentes dos compromissos estabelecidos nos contratos de construção da primeira fase do Conjunto Eólico Santo Agostinho. Os NDF foram contratados em 29.12.2020 e o valor nominal, em 31.12.2022, era de US\$ 765 mil, € 296 mil e Reimembi de Hong Kong (CN¥) 2.112 mil os quais estão firmados com o BNP Paribas e Itaú e têm seus vencimentos entre janeiro e abril de 2023.

Em 31.12.2022, as perdas não realizadas das referidas NDF totalizavam uma posição passiva, líquida de R\$ 756 (R\$ 1.678 de posição ativa, líquida em 31.12.2021). A contrapartida está reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

Mutação Líquida das operações de *hedge*

	Total
Ativo em 31.12.2020 (não auditado)	46
Ajuste a valor justo por meio do ORA	1.632
Ativo em 31.12.2021	1.678
Ajuste a valor justo por meio do ORA	(2.434)
Passivo em 31.12.2022	(756)
Classificação no balanço patrimonial	
Passivo circulante	756
	756

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2022	31.12.2021
Dívida	19.179	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.431)	(42)
Dívida líquida	13.748	(42)
Patrimônio líquido	14.536	13.058
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	0,9	-

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2022, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.



d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2022. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	20	26	21	66	133
Financiamento	56	4.192	3.942	25.200	33.390
	76	4.218	3.963	25.266	33.523

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	5.367	-
Instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i>	-	1.678
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	64	42
	5.431	1.720
Passivos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i>	756	-
Custo amortizado		
Fornecedores	135	735
Financiamento	19.179	-
	20.070	735

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1), e os instrumentos financeiros derivativos - *hedge* de valor justo, estão avaliados pelo Nível 2.

NOTA 7. FINANCIAMENTO

Em novembro de 2021, a Companhia contratou financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 42 milhões. Em abril de 2022, foi liberado o valor de R\$ 17.876, cujo recursos foram destinados ao financiamento da construção da central geradora eólica.

a) Mutação do financiamento

	Total
Captação de financiamento	17.876
Juros e variação monetária capitalizada	1.303
Saldos em 31.12.2022	19.179
Classificação no balanço patrimonial	
Passivo circulante	56
Passivo não circulante	19.123
	19.179



b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2024	873
2025	873
2026	873
2027	873
2028 a 2032	4.363
2033 a 2045	11.268
	19.123

c) Condições contratadas

	Encargos	Condições de pagamento	
		Vencimento	Principal e encargos
BNDES - Santo Agostinho	IPCA + 6,16% a.a.	11.2045	Mensais

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta Santo Agostinho Participações S.A. e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida será apurado a partir do exercício de 2024.

NOTA 8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2022 era de R\$ 15.775 (R\$ 11.497 em 31.12.2021), representado por 15.775.206 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 15.775.205 pertencem à controladora Santo Agostinho Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energias S.A.

b) Outros resultados abrangentes

Refere-se aos efeitos do hedge de fluxo de caixa que corresponde à parcela efetiva do ganho ou perda acumulada resultante das variações do valor justo dos instrumentos de hedge contratados para fins de proteção dos fluxos de caixa, cuja operação está descrita na Nota 6 - Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros.

NOTA 9. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

No exercício de 2022, a Companhia apurou os impostos sobre o regime de lucro presumido:

	2022	
	IR	CSLL
Receita financeira capitalizada	727	727
Outros	24	-
Base de cálculo	751	727
Alíquotas	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(188)	(65)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-
Imposto de renda e contribuição social - resultado	(164)	(65)



NOTA 10. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

Em 15.01.2021, foi assinado o contrato para o fornecimento de aerogeradores do Conjunto Eólico Santo Agostinho ("CESA"), ao qual a Companhia pertence, o que viabiliza o início da implantação da primeira fase do CESA, cuja capacidade instalada será de 434,0 MW. A entrada em operação comercial está prevista para ocorrer até outubro de 2023 e a energia produzida será totalmente direcionada para contratação no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Em 31.12.2022, o valor da obrigação futura proveniente deste contrato totalizava R\$ 1.631.976 para todo o Conjunto Eólico Santo Agostinho.

NOTA 11. SEGUROS

A Companhia mantém contratadas apólices seguros de riscos de engenharia para o Conjunto Eólico Santo Agostinho, cujo limite para danos materiais é de R\$ 350.000.



(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022, da Eólica Santo Agostinho 3 S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Daian Neves
Diretor Executivo

Patrícia Fabiana Barbosa Pinto Farrapeira Müller
Diretora Administrativa e Financeira

Leandro Marcos Magri
Diretor Técnico-Operacional

Giuliano Pasquali
Diretor de Implantação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
CRC RS 068193/O-2 T-SC